

Psicanálise e história: um olhar sobre a desigualdade no Brasil¹

Bárbara de Souza Conte², Porto Alegre

O trabalho aborda a experiência desenvolvida há 9 anos na Sigmund Freud Associação Psicanalítica, denominada SIG Intervenções Psicanalíticas, que promove intervenções clínico-políticas nos locais onde pessoas em sofrimento solicitam escuta. Os grupos de escuta e de testemunho constituem modalidades grupais do trabalho, agindo junto a sujeitos que sofrem violência com efeitos traumáticos e que vivem em situações de exclusão e vulnerabilidade. Tais grupos oferecem espaços de fala, onde a circulação da palavra transforma o sofrimento individualizado em coletivo, assim como o encontro com o outro promove a resignificação da experiência e reinscrição social. Discute a maneira através da qual os mecanismos de silenciamento e desmentido que mantem o não dito levam à repetição que obstaculiza a ação ética e a mudança. O racismo é discutido como pano de fundo da desigualdade no Brasil e como fator determinante para a reprodução de políticas de violência de Estado.

Palavras-chaves: Psicanálise; Intervenções; Grupos; Desigualdade; Ética

¹ Apresentado no I Simpósio de Vulnerabilidade Social e Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), *Diferenças e desigualdades*, em outubro de 2018.

² Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. Membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do SIG Intervenções Psicanalíticas.

“A diferença não pode ser entendida como um estado indesejável ou impróprio. Ela inscreve-se na história e é produzida por ela” (Lopez & Dal’Lgna, 2007, p. 21).

Psicanálise com intervenção clínico-política

Partimos da premissa de que a psicanálise toma o sujeito em um sentido amplo de cidadão: todos aqueles que desejam o instrumento analista são os mesmos que têm o direito e o acesso à palavra. Assim, a palavra pode criar um artifício simbólico que concede outro destino para a ação. “Neste sentido a psicanálise é um método de interpretação da cultura” (Conte, Perrone & Braga, 2016, p. 26) e, como tal, cria dispositivos para estabelecer a transferência nos grupos onde passamos a fazer a escuta, espaços de fala na pólis que transformam a intervenção psicanalítica em um ato clínico-político. Nessa perspectiva, pensamos que os grupos supõem dispositivos de escuta que estabelecem transferências capazes de dar forma à própria experiência para além do sujeito de direitos e também para os que possuem uma condição extraterritorial que caracteriza a exclusão.

Laplanche (1989) agrupa os lugares da experiência psicanalítica em quatro pontos: a clínica, a psicanálise extramuros, a teoria e a história. Além disso, define a existência de duas especificidades da experiência do tratamento que se produz num enquadre fundante: a regra fundamental e o objeto da psicanálise. Por regra fundamental, propõe “fundar e encaminhar um processo em ressonância com um processo fundador do ser humano” (p.19). Por objeto da psicanálise, refere-se ao objeto humano como aquele que formula, que dá forma à sua própria experiência. Assim, entendemos que, ao restituir a palavra no coletivo, o processo grupal e o de cada sujeito se refundam no enquadre do grupo.

Ao auto-teorizar, o homem efetiva a vivência como experiência, o que “significa dizer que toda verdadeira teorização é uma experiência que, necessariamente, engaja o homem em sua cultura, em seu meio” (Ibid., p. 24). Assim, a história do grupo é entendida não só como espaço de reflexão, mas também como o lugar e o objeto da experiência psicanalítica.

Fundamentos da desigualdade

Quem são as pessoas que atendemos? Refugiados em programa de reassentamento, professores municipais de escola inclusiva que vivem o desmonte da educação, afetados pela violência de Estado do *Projeto Clínicas do Testemunho*/ Comissão de Anistia/ Ministério da Justiça³ e jovens da EJA – educação para jovens e adultos de ensino fundamental e médio de escola estadual. O que eles têm em comum é o signifiante já apresentado no título dessa mesa: *desigualdade*. Desigualdade estabelecida a partir de múltiplas condições e que aparece mais fortemente na condição de perda: perda da língua materna, perda de seu país de origem, perda dos direitos civis, perda do domínio do próprio corpo, perda da condição de inclusão no espaço social, perda do direito à voz, perda do direito à educação, enfim, perdas que colocam essas pessoas à margem daquilo que chamamos de cultura ou sociedade, a qual supõe direitos e deveres como condição de existência e de reconhecimento do indivíduo na qualidade de sujeito e cidadão.

Brecht (2017) expressa a questão da existência da pessoa em seu livro *Conversas de refugiados*, diálogo entre dois refugiados de uma Europa devastada pelo ódio e pela guerra, onde diz

[...] o passaporte é a porção mais nobre de uma pessoa. Uma pessoa pode surgir em qualquer lugar, da maneira mais irrefletida e sem motivo razoável. Um passaporte, jamais. Ele é reconhecido quando é bom, enquanto uma pessoa pode ser boa e, ainda assim, não ser reconhecida. [...] o passaporte inspira respeito! Mas sem uma pessoa que lhe corresponda, ele não seria possível (p.11-12).

E esse é o tema da desigualdade, que coloca em questão o trabalho da psicanálise e de psicanalistas com pessoas e/ou grupos que perderam ou não chegaram a adquirir a condição de sujeito e de obter reconhecimento. Podem ter passaporte de existência, mas este é um passaporte sem sujeito que lhes corresponda, como os dois refugiados (um físico e outro operário de fábrica) que peregrinavam pelo mundo, depois da guerra, com o sofrimento de suas perdas e a incerteza frente ao passado, presente e futuro.

Esses são os pontos do nosso diálogo: onde está o sujeito, o reconhecimento e a sua conseqüente inscrição no tempo. Sujeito que pensamos a partir de uma

³ O *Projeto Clínicas do Testemunho* foi desenvolvido no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo sido sustentado, no primeiro edital 2012/2015, pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica, e, no segundo edital 2016/2017, pelo Instituto APPOA/Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Bárbara de Souza Conte

inscrição no campo do simbólico, como refere Lacan (1993) quando diz que a palavra é a morte da coisa, pois a simboliza, e a consequente inscrição temporal que Freud (1919) conferiu ao desligado da compulsão de repetição do traumático (da pulsão de destruição/morte), ao deixar de ser ato para ceder ao estatuto de palavra.

O traumático supõe que a descarga na ação seja substituída pela palavra, palavra esta capaz de abrir o campo simbólico, com ligações que vinculam o passaporte ao sujeito. Podemos pensar quais caminhos possibilitam criar, transitar ou ser reconhecido por suas ações. Apontamos também o contrário disso: o errante. Em nossa perspectiva enquanto psicanalistas e seres atravessados pela cultura, podemos denominar como errante o que fica desmentido e silenciado, mecanismo e dispositivo que interferem no reconhecimento de si e de suas perdas (e consequentes ganhos) e, ainda, transformam em tabus determinados acontecimentos por torná-los intocáveis. Passaporte negado para a cultura.

Entre Freud e Lacan, Ferenczi (1932) apresenta a *Confusão de língua entre os adultos e a criança*, onde aborda as consequências caracteriológicas. que podem resultar do enxerto prematuro de formas de amor passionnal – e recheado de sentimentos de culpa – em um ser ainda prematuro e inocente.

A personalidade fracamente desenvolvida reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e a introjeção (do sentimento de culpa) daquele que a ameaça e a agride. Por identificação com o agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, torna-se intrapsíquico, sendo isto o que denomina de traumático ou choque [...] que tem como efeito uma clivagem da personalidade do Eu (p.104-105).

O choque é equivalente à aniquilação do sentimento de si, ou seja, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo. A palavra comoção psíquica sobrevém, assim, sempre sem preparação. Foi precedida pelo sentimento de estar seguro de si e depois, em consequência dos eventos para manter o paralelismo, quando a pessoa se sentiu decepcionada: “antes tinha excesso de confiança em si e no mundo circundante; depois muito pouca ou nenhuma. Subestimou sua própria força e viveu na louca ilusão de que ‘tal coisa’ não podia acontecer: ‘não a mim’” (Ferenczi, 1934, p.109-110). A consequência de cada traumatismo é a angústia. O desfecho é a autodestruição, a desorientação psíquica e a clivagem narcísica: “criação de um lugar de censura com uma parte clivada do ego que mede a extensão do dano e só permite o acesso à percepção do que é possível suportar” (Ibid. p.114).

Partindo da reflexão sobre a cisão do ego e sobre o trauma em Ferenczi, Freud

(1936) apresenta seu texto *Um distúrbio de memória na Acrópole*. Às vésperas da Segunda Guerra, o seu trabalho versava sobre algo falseado pela memória, referindo-se ao falso reconhecimento, do dito e do percebido. Refere que se viu obrigado a crer em algo cuja realidade até o momento parecia incerta: “Então a Acrópolis existe tal como aprendemos na escola?”, pergunta em sua carta a Romain Rolland, descrevendo que

[...] a incredulidade gera a desfiguração de um fragmento da realidade e é deslocada de duas maneiras: remete ao passado e é transladada de mim para Acrópolis. A dúvida muda de conteúdo: o que estava posto em mim recai na realidade objetiva. De não acreditar que eu pudesse fazer tal coisa, passo a não acreditar que algo existe à custa de um enunciado falso acerca do passado (ele não existe) (p. 215).

Quando aquilo que não é aceito para mim e em mim recai sobre a realidade objetiva como algo que não percebo e que não existe, como pensar uma política de Estado e a aplicação do Direito nesta *realidade* alterada e modificada como base no desmentido e no silenciado? Como pensar um Estado democrático de direito que tem a herança desmentida, onde o diferente torna-se inimigo e em que os seus cidadãos autorizam/ afirmam/ assinam/coadunam com políticas de violência de Estado? Podemos supor que tais práticas destituem o sujeito em sua condição de fala, colocando-o excluído, em desigualdade social, na contramão do reconhecimento.

Do diferente ao inimigo

Em 1937, na *Cisão do Ego como mecanismo de defesa*, Freud aponta o excesso do real anunciado pela guerra, afirmando que um novo pacto de não repetição deveria operar: que o diferente de mim não fosse tomado como estrangeiro/inimigo, passível de ser destruído. Abriu-se o horizonte para que a compulsão de repetição fosse entendida além do registro da destrutividade do outro, para a repetição que apontasse para a diferença.

Retomando nossa proposição do enlace entre o desmentido-desigualdade e sua contrapartida, a diferença – reconhecimento, trago para análise as ideias de Tzvetan Todorov (1993), filósofo e linguista búlgaro, morto em 2017. Ele propõe que, entre o reconhecimento da diferença e o desmentido

Bárbara de Souza Conte

[...] instalam-se três eixos para pensar a alteridade: 1) um julgamento de valor de quem vale ou não; 2) uma ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro, em que o que está em jogo é a submissão e 3) conhecer ou ignorar ao outro. Entre se identificar com o outro ou ser assimilado por imposição, há um terceiro termo que é a neutralidade ou a indiferença (p. 183).

Ao pensarmos nesses eixos, temos que a alteridade supõe formas de identificação e de reconhecimento ou o seu oposto, qual seja, o assujeitamento, a aniquilação do outro com violência. Vou me deter no terceiro ponto que marca que, entre se identificar e ser assimilado por imposição, há a *neutralidade* ou a *indiferença*. Submeter e ignorar impede as formas de identificação e de reconhecimento do outro. Exemplo disso é quando o Estado nega o racismo naquilo que é chamado de *neutralidade racial* do Estado e do Judiciário, como nos Estados Unidos, em 1857, onde os negros não tinham direito a cidadania, ou como nos dias atuais, com a política de guerras às drogas, que leva a um encarceramento em massa e ao extermínio da população negra, agindo como uma reatualização da segregação racial (Almeida, 2018). Em que se ampara um Estado perpetuador do racismo em sua estrutura social e em suas relações políticas?

A título de resposta, podemos pensar que o racismo é regra e o Estado assume uma postura de *neutralidade racial* que mantém a segregação e marca uma política de incremento da desigualdade social. Dados do Atlas da Violência indicam que a violência letal contra jovens responde por 71,5%: 56,5% de causa-óbito de homens entre 15-19 anos, que qualificam como juventude perdida. A desigualdade das mortes violentas por raça/cor se acentuou nos últimos 10 anos: não negros diminuiu 6,8%, ao passo que os óbitos dos negros aumentaram 23,15%⁴.

E não foi diferente na ditadura civil militar brasileira que, como política de Estado, tratou de silenciar as práticas de violência, autorizando e sustentando a tortura como prática para *fazer calar* o diferente, o qual foi tratado como inimigo e exterminado. Não por acaso, o golpe de 64 passou a ser Revolução e mais recentemente foi nomeado como *Movimento*. Ou seja, ainda hoje, em um Estado Democrático de Direito, sustenta-se um desmentido que expõe a ferida do que não foi reconhecido como uma política de Estado – a tortura e o desaparecimento forçado como formas de violência. O mesmo Estado que mantém soterrado o debate sobre o racismo, pois continua a matar seus jovens, é o Estado que não

⁴ Conforme o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2015*, o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco. Já o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras.

abre os arquivos sobre a ditadura, que mantém caladas histórias de torturados não reconhecidos como tal e que permite a impunidade dos torturadores.

O não dito em lugar do dito, o não visto em lugar do visto, abre uma fissura entre os diferentes como os negros e os brancos, o direito e a exceção, o nativo e o estrangeiro, o real e o simbólico. Fissuras capazes de tomar a direção da desigualdade, quando esses registros se polarizam e não produzem o reconhecimento do enlace que evidencia os *mestiços*, novas possibilidades, novos caminhos.

A questão de hoje, uma realidade desfigurada que não é reconhecida – diferente da constatação de Freud de que a Acrópolis existia, pois estava deslocada de mim –, é indicada, então, como uma realidade que não existe: “se não existe o corpo não houve a morte”, desfigurando a perda. Se não há registro de memória que dê suporte à história, então ou ela é silenciada/apagada e ignora-se o ocorrido ou reinventa-se a cena (a exemplo dos autos de resistência). Por fim, o embate com outro rival, que supõe o reconhecimento de que um ganha e o outro perde, torna-se o banimento do inimigo. Neste contexto, podemos perguntar como se responsabilizar por algo da realidade assim desfigurada. Como escutar o sofrimento? Como pensar uma ação ética?

Como sustentar uma ação ética?

Recupero a importância da palavra experiência

– *Erfahrung* – vem do radical *Fahr* – usado no antigo alemão no sentido literal de percorrer, de atravessar uma região durante uma viagem. Não é só a sabedoria particular, mas o percurso do vivido e do legado, que confere autoridade na narrativa (Gagnebin, 1999, p. 58).

Recupera-se a condição de sujeito quando a sua experiência do percurso é transmitida. Ao se recompor em um passado, presente e futuro, a temporalidade torna-se memória, noção subjetiva do registro da vivência e tradição compartilhada, sendo transmitida de pai para filho. É exatamente neste contexto que se inscreve o fazer do psicanalista. Trago um exemplo para pensarmos as diferentes falas escutadas em grupos que realizamos:

“Querem mesmo saber como estamos? Arrasados. Faltam só 195 dias para acabar o ano. Acabaram conosco. Trabalhamos 14hs por dia, não vemos nossos filhos, tivemos aumento de carga horária, redução de ganhos, e o pior: saber que

Bárbara de Souza Conte

nessas condições não conseguimos ensinar, que tem muita gente, que tiraram o horário coletivo de planejamento, o que aumenta o sentimento de fracasso”. Fracasso que se torna pessoalizado. “Nós não conseguimos alfabetizar”. (2019, professores de escola municipal). Eles se envergonham, adoecem. Individualizam a culpa.

“Eu perguntava... me explicavam... eu perguntava de novo... e esquecia de novo ... o nome da mãe era um, o nome do pai era outro ...não sabia qual era ... minha infância tem a lembrança de um mistério” (Priscila Arantes, 15 filhos, filha de militante⁵).

“Eu não sabia o nome do meu pai (...) chamava de tio (...) demorei anos para saber o nome deles (...) como que eu sou filha deles e não sei o nome deles (...). A tortura nunca se esquece. Ela te destrói como sujeito” (Janaina Telles, 15 filhos, filha de militante morto).

Essa é a potência do trabalho coletivo de grupo, que se recupera nos grupos de testemunho e nos grupos de escuta, onde o falar de cada um funciona de acordo com o modelo de simbolizações de transição,

[...] que tem por sentido permitir a apropriação de um fragmento representacional que não pode ser apreendido por meio da associação livre cuja significação escapa e insiste [...] implantação de contextos que foram relatados ou conhecidos no interior do processo de cura, mas que não foram, ainda, relacionados com o elemento emergente (Bleichmar, 2015, p. 40).

Histórias aos pedaços, recordações com brancos, com buracos que só foram possíveis de serem ditos aos pedaços e acabaram sendo recuperados na presença de outras pessoas com histórias semelhantes e que, muitas vezes, *emprestaram* o sabido para recompor a história do outro. Relatos que colocaram o trauma individual no âmbito do coletivo, tornando possível fazer aparecer o errante desmentido e silenciado. Este longo percurso individual e coletivo recupera a historização que supõe datar, situar, circunscrever e forçar uma linguagem para situar cada mal-estar como um fenômeno histórico singular, reunindo o subjetivo e o coletivo, com o objetivo de reinscrever na história do sujeito e do país um período desmentido (Conte, 2014). Um avanço na política de Estado, que aconteceu no Brasil graças à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, às Comissões Nacional e Estaduais

⁵ *15 Filhos* é um documentário realizado por Maria Oliveira e Marta Nehring, que trabalha o efeito traumático da violência de Estado nos filhos de militantes contra a ditadura civil militar de 1964.

da Verdade e ao Projeto Clínicas do Testemunho, desenvolvido em 4 estados brasileiros⁶.

Para encerrar, quero testemunhar e expressar, através das palavras de Judith Butler (2018), o percurso desse tempo de trabalho como formas de convivência:

Vivemos juntos por que não temos escolha [...] e é na luta que se faz reconhecida e sentida o exercício da liberdade de um modo necessariamente comprometido com o igual valor das vidas. Podemos estar vivos ou mortos para os sofrimentos dos outros [...] mas é só quando entendermos que o que acontece lá também acontece aqui e que aqui já é necessariamente outro lugar, e que temos uma chance de compreender as difíceis e instáveis conexões globais de formas que nos permitam conhecer o transporte e a restrição do que ainda podemos chamar de ética (p.134).

A ética de nosso trabalho se sustenta no *igual valor das vidas* em suas potencialidades simbólicas, por isso o que acontece *lá e aqui* se aproximam. O pacto denegatório do não visto dá lugar ao pacto coletivo, onde o não sabido da neutralidade é substituído pelo reconhecimento do outro em sua diferença. Sujeito portador de seu passaporte, reconhecido em sua trajetória possível. Assim nos encontramos, hoje, frente ao desafio de não desmentir novamente os fundamentos e desdobramentos do percurso de nossa história. □

Abstract

Psychoanalysis and history: a look at inequality in Brazil

The work addresses the experience being developed from 9 years in the Sigmund Freud Psychoanalytic Association, called SIG Psychoanalytic Interventions, which promotes clinical-political interventions in places where people in distress request listening. The listening and witnessing groups constitutes group work modalities for subjects who suffer violence, with traumatic effects and live in situations of exclusion and vulnerability. They offer speech spaces, where the word circulation transforms individualized suffering into collective, and the encounter with the other promotes the re-signification of the experience and its social reinscription. It discusses how the silencing and denial mechanisms that hold the *unsaid* lead

⁶ Em seus 5 anos de execução, teve 668 pessoas inscritas para atendimentos individuais e de grupo, em um total de 5585 horas de atendimento; 566 Conversas Públicas com 8732 ouvintes; Capacitações que envolveram 2477 pessoas; 6 livros distribuídos gratuitamente; 6 vídeos-aulas; 4 documentários.

Bárbara de Souza Conte

to repetition that hinders ethical action and change. Racism is discussed as the background of inequality in Brazil and a factor that supports the reproduction of State violence policies.

Keywords: Psychoanalysis; Interventions; Groups; Inequality; Ethics

Resumen

Psicoanálisis e historia: una mirada a la desigualdad en Brasil

El trabajo aborda la experiencia que se desarrolla hace 9 años en la Sigmund Freud Asociación Psicoanalítica, que se denomina SIG Intervenciones Psicoanalíticas y promueve las intervenciones clínico-políticas en lugares en los que las personas en sufrimiento solicitan la escucha. Los grupos de escucha y testimonio constituyen modalidades grupales de trabajo actuando con sujetos que sufren violencia, con efectos traumáticos y viven en situaciones de exclusión y vulnerabilidad. Ofrecen espacios de habla, donde la circulación de la palabra transforma el sufrimiento individualizado en colectivo, y el encuentro con el otro, la resignificación de la experiencia y la reinscripción social. Discute, además, cómo los mecanismos de silenciamiento y desmentida que sostienen lo *no dicho* llevan a la repetición que dificulta la acción ética y el cambio. El racismo se discute como el trasfondo de la desigualdad en Brasil y factor determinante para la reproducción de las políticas de violencia.

Palabras claves: Psicoanálisis; Intervenciones; Grupos; Desigualdad; Ética

Referências

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança pública. Edição IX*. São Paulo, 2015.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial, 2014*. São Paulo, 2015.

Nehring, M. & Oliveira, M. (Dir.) (1986). 15 filhos. Curta-metragem/documentário. 18 min. Recuperado de <http://martanehring.com/project/15-filhos/>

Almeida, S. L. (2018). Estado e direito: a construção da raça. In M. L. Silva; M. Farias; M. C. Ocariz; A. Stiel Neto (Orgs.), *Violência e sociedade. O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 81-96). São Paulo: Escuta.

Bleichmar, S. (2015). *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*.

São Paulo: Zagodoni.

Brecht, B. (2017). *Conversas de refugiados*. São Paulo: Editora 34.

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Conte, B. (2014). A clínica do testemunho. A experiência de reparação psíquica. *SIG Revista de Psicanálise*, 4 (1): 69-83.

Conte, B., Perrone, C. & Braga, E. (2016). Psicanálise e Intervenção no Social. In *Intervenções psicanalíticas: a trama social* (pp.14-27). Porto Alegre: Criação Humana.

Ferenczi, S. (1932). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Obras completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Marins Fontes, 1992.

Ferenczi, S. (1934) Reflexões sobre o trauma. In *Obras completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Marins Fontes. 1992.

Freud, S. (1919). Más allá del principio de placer. In *Sigmund Freud. Obras completas*. (vol.18, pp.1-68). Buenos Aires: Amorrortu. 1990.

Freud, S. (1936). Um distúrbio de memória na Acrópole. In *Sigmund Freud. Obras completas* (vol. 22, pp. 209-222). Buenos Aires: Amorrortu. 1990.

Freud, S. (1940 [1937]). La escisión del yo en el proceso defensivo. In *Sigmund Freud. Obras completas*. (vol. 23, pp. 271-278). Buenos Aires: Amorrortu. 1990.

Gagnebin, J. M. (1999). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva. 2011.

Lacan, J. (1993). Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. In *O seminário. Livro 11* (pp.55-65). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Laplanche, J. (1989). *Nuevos fundamentos para el psicoanálisis. La seducción originaria*. Buenos Aires: Amorrortu.

Lopes, M. C. (2007). Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In Lopes, M. C.; Dal'Lgna, M. C. (Org.). *In/exclusão: nas tramas da escola* (p.11-33). Canoas: Ed. ULBRA.

Todorov, T. (1993). *Memorias do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002.

Recebido em 07/08/2019

Aceito em 25/09/2019

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Edgar Chagas Diefenthaler**

Bárbara de Souza Conte

Rua Tobias da Silva, 99/505

90570-020 – Porto Alegre – RS – Brasil

barbara.conte@globo.com

Revista de Psicanálise – SPPA